TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Essa guerra no Supremo Tribunal Federal é ampla, não acaba agora

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, pediu aos ministros brigões da Corte uma pausa na troca de tiros até as eleições. O pedido explícito foi feito em conversas separadas. Nos encontros mais amplos, Fachin tem usado expressões de pacificação como um complemento dos pedidos tête-à-tête.

Nas conversas reservadas com Fachin todos foram corteses e deixaram a entender que, sim, concordavam que as brigas estavam atrapalhando o rumo das eleições. Mas nenhum dos ministros envolvidos na brigalhada admitiu algum tipo de culpa.

O ministro Kassio Nunes Marques se juntou a Fachin para tentar jogar água na fervura. Foi a partir do encontro que mantiveram, na manhã do dia 28, que a situação pareceu esfriar. Kassio reclamou de um suposto "TSE paralelo" operado pelo grupo de ministros do STF contrários a Bolsonaro, Gilmar Mendes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes para desautorizar decisões da Justiça Eleitoral.

No dia anterior, Dino havia acolhido um pedido do humorista Antonio Tabet para restaurar sua postagem nas redes sociais sobre Nossa Senhora Aparecida, que foi removida a mando do vice-presidente do TSE, André Mendonça. Gilmar, por sua vez, argumenta que é o grupo de Mendonça, Kassio e Luiz Fux que tem tentado manipular Justiça com intenções eleitorais.

Fachin e Kassio, então, chegaram a uma conclusão salomônica: poderia ser mantida a decisão de Mendonça contra posts que citassem o interesse de Flávio Bolsonaro de acabar com o título de Nossa Senhora de Aparecida como "Padroeira do Brasil", assim como manter o post de Antonio Tabet e outros que não colocassem explicitamente o filho de Jair Bolsonaro contra a santa.

O acordo foi selado e cumprido: O TSE manteve a decisão de Mendonça apenas para os casos em que Flávio fosse citado e o humorista voltou a publicar seu post. Parecia uma trégua.

Mas não ficou claro se todos os envolvidos na brigalhada aceitavam a pacificação ou se houve apenas um entendimento entre Kassio e Fachin. Ficou no ar a sensação de que bastava um próximo vazamento de informações do processo de Daniel Vorcaro, ou mesmo um gesto de beligerância de um dos lados para que a guerra seja retomada.

O gesto veio de Gilmar Mendes, que não se mostrou disposto a deixar o o TSE sem subordinação ao STF. Surpreendeu a todos determinando, contra decisão da Corte Eleitoral, que Renan Santos (Missão) teria que estar no debate da Globo. Deixou Kassio Nunes Marques irritadíssimo. Flávio Bolsonaro anunciou que desistia do debate. E a Globo também. Cancelou o programa de última hora, quando estava tudo pronto.

Talvez só uma ampla reforma do Judiciário ponha as coisas no lugar.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

Mistérios na boca da urna

Ao fim de uma campanha que abordou até exame de toque, o eleitor chegará à urna sem saber pontos fundamentais: não sabemos, por exemplo, o que os principais candidatos à Presidência pretendem fazer em relação a pontos fundamentais, como o equacionamento da dívida pública que tanto contribui para os juros altos.

O presidente Lula aumentou despesas às vésperas da eleição e recorre ao exemplo da econômica mãe, D. Lindu, sempre que questionado sobre o tema; Flávio Bolsonaro não se dignou a dizer que cortes faria no orçamento para viabilizar uma diminuição nos impostos e diminuir a velocidade da roda viva que impede um crédito menos oneroso.

A julgar pelo que ouviu e o que faz, o petista deve ter levado muitas broncas de sua genitora que não admitia gastos acima da arrecadação; já o candidato do PL não revela onde fará seu tesouraço: as incisões serão na saúde, na educação, na correção de aposentadorias e de outros benefícios? Ou vai diminuir os incentivos fiscais a grandes setores da economia, entre eles, o agro? Ricos e integrantes da classe média alta vão poder continuar a abater do imposto de renda despesas com planos de saúde?

O mesmo vale para a discussão do fim da escala de seis dias trabalhados por um de descanso. Lula transformou a medida em tema de campanha, mas ainda não explicou como ficará a situação de pequenas empresas, que têm um ou dois funcionários. Elas serão submetidas às mesmas normas, haverá algum tipo de compensação?

O senador fluminense não disse sequer se votará contra ou a favor do fim da seis por um. Até agora, seu partido tem se limitado a dificultar a votação da medida — apresentou como alternativa uma outra proposta de emenda constitucional que estabelece uma suposta livre negociação de jornada entre patrões e empregados. O enfraquecimento dos sindicatos estabelecido no governo Michel Temer acabou com qualquer paridade de armas entre os dois lados.

A subordinação da campanha à lógica das redes sociais, com a proliferação de mensagens curtas, tantas vezes oportunistas e descontextualizadas, impediu qualquer discussão de propostas mais amplas.

Os grandes temas foram ligados a acusações e suspeitas de corrupção. É necessário escarafunchar a vida pregressa de candidatos e de aliados, mas o assunto monopolizou todas as atenções. Os candidatos sequer falaram no que pretendem fazer para resolver um dos nossos maiores nós institucionais, o sequestro do orçamento por um Congresso Nacional capaz de ordenar despesas e que, ao mesmo tempo, não ter qualquer responsabilidade em relação ao equilíbrio das contas públicas.

Pesquisas apontam para a realização de um segundo turno; caso isso ocorra, o país terá, mais uma vez, a chance de cobrar um mínimo de racionalidade das campanhas, de retirá-las da lógica de adesão religiosa que tanto tem marcado o país.

EDITORIAL

O valor do voto e a força da democracia

O dia da votação representa um dos momentos mais importantes de uma democracia. É quando o cidadão exerce o direito de escolher seus representantes e participa diretamente dos rumos políticos, econômicos e sociais do país. Mais do que depositar um voto na urna, esse ato simboliza o compromisso de cada indivíduo com o futuro da sociedade e com a preservação das instituições democráticas.

O voto consciente é resultado de informação, reflexão e responsabilidade. Conhecer as propostas, as trajetórias e os posicionamentos dos candidatos, compreender os programas partidários e acompanhar o debate público são atitudes que contribuem para uma escolha fundamentada. Em tempos de desinformação, notícias falsas e discursos polarizados, a capacidade de distinguir fatos de opiniões torna-se ainda mais relevante para o exercício da cidadania.

A democracia, entretanto, não se limita ao direito de votar. Sua essência também está na convivência entre diferentes correntes ideológicas, na liberdade de expressão e no respeito às opiniões divergentes. A disputa política é legítima e necessária, pois permite que diferentes visões de sociedade sejam apresentadas, debatidas e submetidas à avaliação popular. O confronto de ideias, quando pautado pelo diálogo e pelo respeito, amplia a participação e fortalece o processo democrático.

As divergências, porém, não devem se transformar em intolerância, agressões ou tentativas de desqualificar quem pensa de maneira diferente. O adversário político não é um inimigo, mas alguém que exerce o mesmo direito de defender suas convicções. A pluralidade de ideias é parte constitutiva de uma sociedade democrática, assim como a aceitação dos resultados eleitorais e o respeito às regras estabelecidas.

O desafio de uma democracia madura é justamente transformar as diferenças em oportunidades de debate, sem comprometer a convivência social. A participação cidadã também não termina após a apuração das urnas. Acompanhar os eleitos, fiscalizar as ações dos governos e cobrar transparência são responsabilidades permanentes da população.

Neste dia de votação, o valor do voto está não apenas na escolha individual, mas também no reconhecimento de que a construção de um país é uma tarefa coletiva. A liberdade de escolher, discordar e participar deve ser preservada como patrimônio de toda a sociedade. Afinal, uma democracia se fortalece quando o voto é livre, a informação é valorizada, as diferenças são respeitadas e o interesse público permanece no centro do debate.

OPINIÃO DO LEITOR

O Brasil vai às urnas

Que o voto dos brasileiros, contribua para uma sociedade brasileira cujas estruturas sociais promovam o desenvolvimento integral da pessoa humana e o banimento da violência e da corrupção. Neste período eleitoral, é importante recordar-se do apelo insistente pela paz, pelo diálogo e o respeito entre todos, jamais recorrendo à violência.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-20

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal